

As grandes revoltas de escravos na Roma Antiga e o seu impacto sobre a Ideologia dominante e a política da Classe Dominante Romana

Rafael Alves Rossi¹

“O combate é de todas coisas pai, de todas rei, a uns manifestou como deuses, a outros como homens; de uns fez escravos, de outros livres.” (Heráclito)

Preâmbulo

O presente artigo é produto de uma pesquisa empreendida sobre as revoltas de escravos ocorridas em fins da República Romana e seu significado. Ela resume a dissertação de mestrado redigida recentemente sobre o tema e foi apresentada como comunicação no XXI Ciclo de Debates do LHIA/UFRJ. Este artigo tenta dar conta de seus aspectos centrais, bem como divulgar o estudo realizado para provocar o debate.

As grandes rebeliões servis e a crise do paradigma escravista republicano

Um dos maiores ideólogos representantes daquilo que chamaremos de *paradigma escravista republicano* foi Catão. Ao contrário dos escritores do período do Principado, durante o período republicano tanto o tratamento conferido na prática aos escravos quanto o discurso ideológico – mesmo havendo exceções – partia da premissa de que o escravo era semelhante a um animal e sua única função, a única razão de sua existência, era proporcionar lucro e bem-estar ao seu amo. Catão era o porta-voz desta tendência dominante na República. O escravo era, para ele, antes de mais nada, uma propriedade; e um instrumento de produção destinado a retirar do solo a riqueza do proprietário rural. Na passagem a seguir, temos uma boa síntese desta concepção do escravo como mera mercadoria:

“O senhor (pater familias)...quando for informado, deve fazer as contas dos trabalhos e das diárias; se o trabalho não aparece, se o capataz diz que fez o melhor possível, mas os escravos estiveram doentes, fez mau tempo, que alguns escravos fugiram, que fez trabalho obrigatório para o Estado, quando tiver dito todas estas coisas, faça-o voltar às contas dos trabalhos e das diárias... Quando tiver sabido, corretamente, o que deve ainda ser feito, mande-as fazer, checar as contas de prata e trigo e do que foi preparado como forragem, as contas do vinho e do azeite, o que se vendeu, do que se obteve, do que sobrou, do que há ainda à venda, que os empréstimos feitos sejam cobrados; o que sobrou deve ser mostrado; se falta qualquer coisa, compre; se sobrou, venda; os trabalhos a serem arrendados devem ser arrendados; deve deixar por escrito quais trabalhos devem ser feitos por locação e quais não. Examine o gado, faça um leilão: venda o azeite, se o preço for bom, vinho, o trigo que sobrou, os bois velhos, gado em mau estado, lã, couro, carro velho, ferramentas velhas, os

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Antiga da Universidade Federal Fluminense. Orientado pelo Professor Ciro Flamarion Cardoso, na dissertação de mesmo tema do presente artigo.

escravos velhos ou doentes e tudo o que sobrar, venda; o senhor deve ser um vendedor e não um comprador.” (CATÃO, De Agri Cultura, 2, I-7)

Neste artigo, tomamos de empréstimo os conceitos elaborados por João José Reis acerca das *fugas-rompimento* que manifestaram o “não quero” dos escravos, a sua inconformidade com o cativo, e que o simples fato de se rebelarem já evidenciava uma ruptura com o paradigma ideológico existente, mesmo que parcial, mas sempre forçando a uma reelaboração teórica ou a um aumento da repressão como mecanismo de controle social; neste caso, tal como Reis chamou de *paradigma ideológico colonial* aos valores da sociedade escravista brasileira que funcionavam como o principal mecanismo dificultador das fugas e das revoltas (REIS, 2009, p. 66), chamaremos de *paradigma ideológico republicano* ou *paradigma escravista republicano* os valores da Roma republicana e sua crítica também foi feita na prática social pelas rebeliões que eclodiram nos últimos séculos da República. Desse modo, a mobilização política dos escravos, a manifestação de sua humanidade na cena pública, não pôde ser ignorada nem ocultada. Intelectuais orgânicos da classe dominante romana como Plutarco deixaram escapar vez ou outra os elementos que permitem a crítica do paradigma escravista republicano:

“Esta foi a mais dura batalha de todas. Ele (Crasso) matou doze mil e trezentos, e apenas dois deles foram encontrados com ferimentos nas costas: todos os outros ficaram firmes em seus postos e morreram combatendo os romanos.” (PLUTARCO, Crasso, Ch. 11.3)

A excepcionalidade dessas revoltas escravas pode ser explicada pelos fatores limitadores estruturais e conjunturais para a sua ocorrência, havendo levantes de escravos sempre que a oportunidade surgia, evidenciando que não existia um controle ideológico absoluto dos servos e nem o seu consentimento. Nas relações particulares, privadas, entre um determinado senhor e um determinado servo possivelmente devia ser percebido que os escravos não eram naturalmente inferiores, bem como constatada a sua humanidade, mas não no discurso oficial e público. No entanto, isto mudaria com as grandes insurreições escravas que foram de tal monta que produziram mudanças na política *social* da classe dominante para as classes subalternas e condicionaram o desenvolvimento ulterior do modo de produção escravista, com novos mecanismos de regulação e o arbitramento do Estado nas relações sociais. Essas grandes revoltas de escravos tiveram também uma influência importante sobre o fim da República e o advento do Principado, senão de maneira direta e decisiva, pelo menos de uma maneira indireta, como forma de contenção daqueles que eram a principal força produtiva da economia romana. Araújo destaca os elementos que conduziram ao surgimento do Principado, como a forma político-jurídica capaz de atender aos reclamos dos variados grupos sociais:

“A revolta de escravos liderada por Espártaco e a Guerra Social sinalizaram para as classes dominantes que o sistema escravista e, inclusive, as relações com outros segmentos sociais – os italianos, os homens livres e pobres – deveria, para ser mantido, sofrer alguns ajustes: os populares deveriam receber mais atenção a seus reclamos, daí a política imperial de “panis et circenses”; os escravos deveriam ser mais controlados, cerceados em seus movimentos, de modo a evitar revoltas, mas, por outro lado, a sanha dos senhores deveria ser coibida pelo Estado para que não houvesse exacerbação de ânimos e, conseqüentemente, rebeliões; os italianos deveriam ter suas reivindicações atendidas, e serem integrados, e foram atendidos antes mesmo do Principado. (...) (ARAÚJO, 1999, p.206)

O impacto dessas revoltas na vida romana pode ser notado pela legislação aprovada no período do regime imperial que regulava as relações entre amos e servos. O imperador Adriano aprovou uma série de leis que favoreciam os escravos, como a restrição do uso da tortura para extrair informações dos escravos, a proibição da venda de um escravo, sem razão, para uma escola de gladiadores ou para um bordel e foi ainda com Adriano que os ergástulos, as prisões dos escravos, foram abolidos (MASSEY; MORELAND, 1978, p. 56).

A nova máquina estatal funcionava como um mecanismo político-ideológico de dominação social e de estabilização política da sociedade romana. A situação de Guerras Civis, Guerras Servis e Guerra Social colocavam em risco a unidade do tecido social romano. A monarquia militar-republicana, surgida da crise do século I a.C., apresentou também um novo discurso ideológico. O controle das forças armadas era fundamental para o exercício efetivo do poder e era a peça essencial no jogo político. No entanto, sem um novo discurso que refletisse a nova conjuntura social, dificilmente seria possível estabelecer este novo domínio em bases sólidas. O estoicismo foi uma das vertentes filosóficas que funcionaram como parte desse mecanismo de dominação político-ideológica do regime imperial. O reconhecimento da humanidade dos escravos era parte integrante desse discurso, que se popularizou bastante no século I d.C., durante o Alto Império. É impossível desconsiderar o peso das grandes revoltas servis do período republicano na constituição de um novo paradigma sobre a escravidão, que pode ser constatado nos escritos de Sêneca:

“Eles são escravos”, as pessoas declaram. Não, eles são homens. “Escravos”. Não, eles são desprezíveis amigos. “Escravos”. Não, eles são seus camaradas-escravos, se refletir que a fortuna tem direitos iguais tanto sobre escravos como sobre homens livres.” (SÊNeca, Epistulae 47.I, IO (cf.17))

Revolução Política e Fuga Coletiva Insurrecional: as revoltas de Euno e de Espártaco

O líder da Primeira Guerra Servil era um escravo sírio chamado Euno. Ele era um escravo doméstico e era um fazedor de milagres, tornando-se um chefe religioso, além de chefe político e militar, organizando os escravos da Sicília contra os seus amos. A religião teve um papel fundamental nessas revoltas, pois funcionava como um programa, apontando para uma estratégia e perspectivas, uma orientação geral, partindo os rebeldes de algumas referências conhecidas e comungadas por todos, dando, assim, a necessária coesão ao grupo. Depois de consolidada a vitória, Euno foi eleito rei, intitulado-se rei Antíoco, e organizou um conselho formado pelos melhores dentre o exército rebelde. É importante observar que os escravos rebeldes não criaram nenhuma nova forma de autoridade estatal, nenhum novo tipo de governo ou de regime político. Eles apenas reproduziram as formas conhecidas de governo e o tipo de governo conhecido por eles e talvez considerado como legítimo e até mesmo o melhor era o sistema da monarquia helênica oriental, adotado, então, no novo governo da Sicília. Sendo assim, os escravos tomaram o poder, isto é, assumiram o controle da ilha e estabeleceram um reino próprio, um governo autônomo, mas sem

inovar, sem revolucionar as formas políticas existentes. Diodoro explica as razões da escolha de Euno como chefe de Estado:

“(...) Em seguida, Euno foi eleito rei. Isto não se deveu ao fato dele ser particularmente corajoso ou que tenha se destacado como comandante, mas simplesmente por ser um fazedor de milagres e por ter iniciado a revolta (...)” (DIODORO, 14)

Os escravos rebeldes chegaram a escravizar os seus antigos senhores e elementos da população livre que detinham conhecimentos estratégicos para sua organização político-administrativa e político-militar, como homens que fossem capazes de fabricar armas:

“(...) Estabelecido como senhor dos rebeldes em todos os assuntos, ele convocou uma assembléia e matou as pessoas de Enna que haviam sido capturadas, exceto aqueles que eram hábeis em fazer armas; ele forçou-os a realizar seu trabalho acorrentados. (...)” (DIODORO, 15)

Esta insurreição escrava teve um impacto sobre outras comunidades, províncias e propriedades com trabalhadores escravos; somente a destruição do exército rebelde da província da Sicília poria fim à onda de insubordinação desencadeada por esse conflito. A repressão que se seguiu sobre os levantes que aconteceram em paralelo à rebelião servil da Sicília serviu para incutir o medo nos demais escravos do império, impedindo que ocorressem outras revoltas. Este fato foi de fundamental importância, pois o insucesso das revoltas que eclodiram na esteira da rebelião siciliana e o retrocesso do movimento, marcando um recuo da reação servil contra a opressão romana levaram ao isolamento dos rebeldes da ilha da Sicília e à sua conseqüente derrota. Como os escravos não eram uma *classe para si* e não possuíam uma organização que ultrapassasse o nível local (as revoltas tinham um caráter local, restritas a um espaço físico, limitadas a uma região qualquer, não havendo unidade entre os vários processos), não foi possível articular um amplo movimento pela libertação dos escravos ou uma frente de resistência contra a opressão romana. Este caráter local mostrava-se uma barreira intransponível no processo de enfrentamento com a classe senhorial romana, itálica e siciliana. A fase final da guerra foi marcada pela contra-ofensiva romana:

“Foi nesta ocasião que o irmão de Cléão, Comano, foi capturado, tentando escapar da cidade sitiada. No fim o sírio Serapião traiu a cidadela e o governador foi capaz de trazer sob seu controle todos os fugitivos na cidade. Ele os torturou e depois os atirou de um penhasco. De lá ele foi para Enna, a qual ele sitiou da mesma maneira; ele forçou os rebeldes a ver que suas esperanças tinham chegado a um beco sem saída. Seu comandante Cléão veio para fora da cidade e lutou heroicamente com uns poucos homens até que os romanos foram capazes de mostrar o seu cadáver coberto de feridas. Esta cidade também foi capturada através da traição, até porque ela não poderia ter sido tomada nem pelo mais poderoso exército. Euno levou sua escolta de uns mil homens e fugiu de uma forma covarde para uma região onde havia muitos penhascos. Mas os homens com ele perceberam que eles não poderiam evitar seu destino, pois que o governador (cônsul) Rupilius já estava indo na direção deles, e eles decapitaram uns aos outros com suas espadas. O fazedor de milagres Euno, o rei que tinha fugido por sua covardia, foi arrastado para fora das cavernas onde ele

estava se escondendo com quatro serviçais – um cozinheiro, um padeiro, um homem que o massageava no banho e um quarto que costumava entretê-lo quando ele estava bebendo. Ele foi posto sob custódia; seu corpo foi comido por uma multidão de piolhos, e ele terminou os seus dias em Morgantina na maneira apropriada por sua vilania. Em seguida, Rupilius marchou através de toda Sicília com uns poucos soldados selecionados e libertou-a de todo vestígio de bandos de bandidos mais cedo que o esperado” (DIODORO, 20-23)

O beco sem saída das sociedades antigas pode ser visto como o fator estrutural determinante para a derrota de todas as rebeliões servis. Serapião traiu os seus companheiros, cedendo ao desespero, e permitiu que as tropas romanas entrassem na cidade de Tauromênio. O mesmo ocorreu na cidade de Enna, quando outro escravo traiu o movimento também. Antônio Gramsci foi o teórico marxista que melhor elaborou sobre a função desarticuladora da ideologia dominante nas revoltas dos subalternos:

“(…) Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, inclusive quando se rebelam e se levantam. Na realidade, inclusive quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos se encontram em uma situação de alarma defensivo (...)” (GRAMSCI, C.XXIII, R. 191-193)

Assim, partimos da compreensão desta revolta como uma insurreição popular. Entretanto, os escravos não se rebelaram simplesmente, eles derrubaram o antigo poder e assumiram o controle político-administrativo da ilha da Sicília. Este elemento de qualidade superior não foi suficiente, no entanto, para produzir uma nova sociedade. Permaneceram como realidades sociais a escravidão e a monarquia como modelo de regime político, sendo implantada pelos rebeldes após a tomada do poder. No campo do marxismo, alguns historiadores e teóricos dedicaram-se a diferenciar insurreições de revoluções e revoluções políticas de revoluções sociais. Uma revolução social ocorre quando se modifica a estrutura econômico-social de uma sociedade determinada. Isto evidentemente não se deu no caso da revolta dos rebeldes sicilianos. Mas este não é o único tipo de revolução existente na realidade para os marxistas. O conceito de revolução política é fundamental para um melhor entendimento deste evento. Um importante teórico marxista russo, Leon Trotsky, criou este conceito para diferenciar mudanças de regime político de mudanças econômicas e sociais e para caracterizar quando uma classe social substitui outra no poder, sem que a estrutura social se modifique necessariamente. A simples derrubada de um governo não configura um processo revolucionário autêntico; nem mesmo a tomada do poder quando produto da ação de uma minoria. A conquista do poder político de Estado para ser algo mais que um golpe de Estado tem que ser obra de uma classe social progressista e não de um setor reacionário ou conservador da classe dominante ou ainda de setores políticos e sociais minoritários. É claro que para que possamos chamar um movimento de revolucionário a sua ação precisa ser mais que uma insurreição. A insurreição, nesse caso, tem de ser somente o ponto culminante de um processo mais amplo e mais profundo. Isto porque podem existir insurreições que não sejam revoluções ou parte integrante de um processo revolucionário. Desse modo, o que nos permite afirmar que a Primeira Revolta de Escravos da Sicília tratou-se de uma *revolução política* foi a tomada do poder político de Estado e o estabelecimento de um novo governo pelos rebeldes sicilianos. A *revolução escrava* aparece aqui, portanto, não na forma apresentada pela historiografia stalinista, mas de forma mediada, utilizando

o repertório conceitual que é patrimônio do marxismo que rompeu com o dogmatismo stalinista. Este conceito de revolução política é apresentado por Trotsky:

“O mecanismo político da revolução consiste na transferência do poder de uma classe para outra. A insurreição, violenta por si mesma, realiza-se habitualmente em curto espaço de tempo. (...)”
(TROTSKY, 1978, p.184)

A Revolta de Espártaco, a mais famosa revolta servil da Antiguidade, representou o pesadelo vivo da classe senhorial romana. A lembrança das Guerras Servis da Sicília ainda assombrava os proprietários romanos, itálicos e sicilianos e o temor que se abateu sobre os senhores de escravos quando Espártaco quase atravessou com seu exército da Península Itálica para a ilha é a expressão disso. A elite da República procurou impedir de todas as formas que os espartacanos fossem bem-sucedidos com medo que Espártaco reacendesse na Sicília a chama da rebelião. A memória da experiência do “Estado escravo” e a constatação de que a província ao Sul da Itália era um solo fértil para a guerra servil mobilizou no auge do conflito três generais romanos contra os rebeldes.

A rebelião teve início numa escola de gladiadores em Cápua, no Sul da Itália. Esta revolta logo se generalizou e aquilo que era um pequeno grupo de escravos amotinados transformou-se num verdadeiro exército servil. O levante de escravos libertos foi desde o princípio uma fuga. Os gladiadores revoltosos se refugiaram no Monte Vesúvio, ou seja, numa posição geográfica favorável, formando um tipo de “quilombo”. Fugas de escravos e formação de quilombos eram as formas básicas de *fugas para fora*, de expressão mais radical do “não quero” dos escravos tanto na Antiguidade quanto no Novo Mundo. A perseguição empreendida pelos romanos somada ao fato dos mesmos subestimarem aquele movimento insurrecional fizeram com que os fugitivos formassem um exército e que os espartacanos percorressem toda a Itália, atendendo aos anseios daqueles que aderiam à *comunidade móvel* de ex-escravos e homens livres e pobres e nas diversas rotas de fuga traçadas de acordo com as possibilidades. A maior fuga de escravos da História marcou profundamente a visão de mundo da classe dominante romana. Uma *fuga coletiva insurrecional* dessas dimensões forçaria os proprietários romanos a irem à guerra não pela glória, mas pela própria vida. Este processo é retratado por Apiano:

“Ao mesmo tempo, na Itália, entre os gladiadores que treinavam para o espetáculo em Cápua, Espártaco, um homem da Trácia que havia servido certa vez como soldado com os romanos e que, por ter sido feito prisioneiro e vendido, encontrava-se entre os gladiadores, persuadiu a uns setenta de seus companheiros a lutar por sua liberdade ao invés de divertir os espectadores. Eles dominaram os guardas e fugiram, armando-se com clavas e adagas de algumas pessoas nas estradas e refugiaram-se no Monte Vesúvio. Ali deu acolhida a muitos escravos fugitivos e a alguns camponeses livres e saqueou os arredores, tendo como lugares-tenentes aos gladiadores Enomau e Crixo. Por repartir o botim em partes iguais, teve logo uma grande quantidade de homens.”
(Apiano, As Guerras Civis, XIV, 116)

Os saques e a divisão igualitária dos mesmos explicavam a adesão de camponeses livres e do crescimento rápido no número de revoltosos. O igualitarismo presente em Espártaco possivelmente exerceu grande influência na sua consolidação como a principal liderança do exército rebelde, sendo mais um aspecto de sua extraordinária capacidade como organizador, sedimentando a unidade de escravos de diferentes etnias e deles com homens da plebe rural empobrecidos, itálicos livres, através de laços de solidariedade mútua. Nesse sentido, esta revolta foi mais longe na ruptura

com os valores da sociedade romana, *superando o paradigma escravista republicano*, contestando a ideologia escravista romana, com uma organização de homens livres e iguais.

A opção de Espártaco em sua estratégia militar de realizar uma *guerra de guerrilha* contra as tropas romanas possibilitou que o movimento armado resistisse por mais tempo e fosse acumulando forças, tanto numéricas quanto morais, com as sucessivas vitórias contra o exército da maior potência mundial. O prolongamento da revolta infundiu o medo na classe dominante romana, ampliou o exército rebelde, mas também levou o Senado romano a tratar a situação da maneira que era devido, reconhecendo a gravidade daqueles eventos.

O conflito chega ao fim com um desfecho trágico para os espartacanos:

“... Crasso tentou de todas as maneiras dar combate a Espártaco para que Pompeu não pudesse colher a glória da guerra. O próprio Espártaco, pensando antecipar-se a Pompeu, convidou Crasso a entender-se com ele. Quando suas propostas foram rejeitadas com desprezo, ele resolveu arriscar uma batalha, e como sua cavalaria havia chegado, avançou com todo o seu exército através das linhas do exército que lhe fazia cerco, e avançou para Brundisium com Crasso perseguindo. Quando Espártaco soube que Lúculo acabara de chegar a Brundisium da sua vitória contra Mitrídates, perdeu toda esperança e trouxe suas forças, que eram então muito numerosas ainda, para perto das de Crasso. A batalha foi longa e sangrenta, como era de se esperar de tantos milhares de homens desesperados. Espártaco foi ferido na coxa por uma lança e ajoelhou-se, segurando seu escudo à sua frente e lutando assim contra seus atacantes até que ele e a grande massa dos que com ele estavam foram cercados e mortos. O resto de seu exército entrou em pânico e foi massacrado maciçamente. Tão grande foi a matança que se tornou impossível contar os mortos. Os romanos perderam mais ou menos mil homens. O corpo de Espártaco não foi achado. Muitos dos seus homens fugiram do campo de batalha para as montanhas, onde os seguiu Crasso. Eles se dividiram em quatro grupos, e continuaram a lutar até que todos pereceram, com exceção de seis mil que foram capturados e crucificados ao longo de toda a estrada de Cápua a Roma.” (Apiano, *As Guerras Civis*, XIV, 120)

Keith Bradley, ao comparar as revoltas de escravos na Antiguidade clássica com as revoltas de escravos no Novo Mundo, aponta para a excepcionalidade de rebeliões escravas como a de Espártaco e a do Haiti:

“No entanto, seja numa grande escala ou num nível mais reduzido, como a conspiração do ano 24 d.C. organizada no sul da Itália por um antigo membro da guarda pretoriana, as revoltas de escravos foram muito escassas depois de Espártaco, pelo que muitos estudiosos tem considerado que não havia nenhum motivo para se sublevar. A principal falha desta tese é supor falsamente que a revolta era a única via de que dispunham os escravos e que, em sua ausência, reinava a calma. No Novo Mundo, as revoltas de escravos foram particularmente virulentas no Caribe, porém no Brasil ou nos Estados Unidos, como em Roma, foram pouco freqüentes. Na realidade, não se presencia uma revolta parecida com a de Espártaco até princípios do século XIX, quando o movimento de escravos liderado em Santo Domingo por Toussaint L’Ouverture cria o moderno Estado do Haiti. (...)” (BRADLEY, 1998, pp.137-138)

Os escravos antigos não tinham organizações perenes, como sindicatos ou partidos, como o proletariado moderno, ou mesmo instituições e organizações políticas como as criadas pelos plebeus no curso de sua luta contra a nobreza patricía e que se integraram ao Estado Romano. Cada

luta começava do zero. Eles não tinham também intelectuais orgânicos que formulassem uma teoria e um programa revolucionários. Já vimos que, muitas vezes, era a religião compartilhada pelos escravos que funcionava como programa. Além disso, conforme Schiavone (2005, p.168), nunca existiu uma alternativa do ponto de vista produtivo, nem na teoria nem na prática. Com isso, tornava-se impossível para os escravos rebeldes transformar sua revolta numa verdadeira revolução social sem formas revolucionárias, mesmo que embrionárias, na realidade social vigente ou teorias revolucionárias que surgissem de um contexto específico e se alicerçasse numa classe social progressista ou numa aliança de classes revolucionárias e progressistas. Não existia, portanto, a possibilidade histórica de chegarem à consciência de classe e, por conseguinte, ao programa político da revolução social. Sendo assim, os escravos que se levantaram na Roma antiga desenvolveram *um certo grau de consciência*, que poderia ser classificado, de acordo com os conceitos forjados pelos estudiosos e teóricos marxistas, como um *sentimento de classe*. Nessa identidade de classe surgida do processo de luta contra a situação de escravidão dos envolvidos nas rebeliões confundia-se a consciência social com todas as influências culturais e religiosas. Todos estes elementos combinados numa situação histórica determinada, produto de uma conjuntura específica, configuravam a psicologia de classe dos escravos rebeldes. Apesar da proximidade e similaridade dos conceitos, preferimos o conceito sentimento de classe no lugar de psicologia de classe por expressar com maior exatidão o processo de experiência dos sujeitos, que formavam, nestas circunstâncias, o sujeito social da luta libertária (talvez seja um termo mais adequado diante da inexatidão do uso luta antiescravista ou revolucionária, sendo tentador de fato, mas que não corresponde à realidade, quando analisados os processos de conjunto). A idéia de identidade também é mais forte no conceito de sentimento de classe. O sentir da classe é um conceito que aparece primeiro em Lênin (1988, p.24) e depois é desenvolvida por Raymond Williams (1988, pp.134-135). A idéia de sentimento se relaciona, nesse caso, com a de *lampejos de consciência*, mas transmite uma certa estabilidade num tempo determinado, enquanto que lampejo remete a algo episódico, explosivo. De qualquer modo, a ênfase numa definição que evidencie o caráter dinâmico e processual da realidade norteia este trabalho e aponta um caminho que nos parece mais interessante. A inexistência de uma genuína consciência de classe e o fato de os escravos antigos não terem se constituído numa *classe para si* não impediu que a partir de sua experiência nas lutas concretas e da exploração diária eles desenvolvessem um antagonismo em relação aos senhores e conseguiram manifestar essa oposição de forma violenta e unificada, buscando obter sua liberdade.

O processo de luta e de organização gerava uma nova realidade, na qual os rebeldes passavam por um processo de “desalienação” progressiva, ainda que limitada, ao se libertarem da

exploração e da reificação de forma mais completa para alguns, inclusive do ponto de vista da classe dominante, como era o caso de Espártaco, mas para todos eles, em especial na revolta que percorreu a Itália entre 73-71 a.C., no interior de sua comunidade todos eram livres e iguais e isso já era o maior grau de liberdade que se poderia alcançar entre os grupos subalternos na Antiguidade. A oportunidade existiu e o sonho de liberdade daqueles escravos também, não na forma de uma libertação geral, mas a conquista da liberdade através da fuga coletiva. Não pretendemos rejeitar, de modo algum, a relação entre a *consciência possível* de uma classe e a estrutura social. Na verdade é exatamente o oposto; devemos tentar compreender a consciência possível, relacionando-a também com a experiência social e como determinadas conjunturas abrem uma janela histórica que permite que os atores políticos produzam novas alternativas, transbordando as margens mais ou menos estreitas de uma dada formação econômico-social. Assim, nossa análise assume um caráter dialético, numa tentativa de explicar como em determinados momentos históricos as oportunidades geradas pela dinâmica social e as potencialidades acumuladas num período precedente podem alargar o campo de possibilidades e o horizonte de expectativas antes delimitado pelas estruturas existentes.

Conclusão

A contestação prática da ideologia escravista romana foi a grande vitória simbólica das insurreições escravas dos séculos II e I a.C. Se não podemos falar da substituição de uma visão de mundo que percebia os escravos como seres inferiores, podemos, ao menos, dizer que essas revoltas produziram uma fissura no paradigma ideológico vigente, que tinha suas bases na teoria da escravidão natural de Aristóteles e no discurso escravista de intelectuais romanos como Catão.

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Fontes

APIANO. *História de Roma II: Guerras Civiles (libros I e II)*. Tradução e notas de Antonio Sancho Royo. Madri: Editorial Gredos S.A., 1985.

ARISTÓTELES. *A Política*. 15.ed. Tradução: Nestor Silveira Chaves. Introdução: Ivan Lins. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A., 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Trabalho Compulsório na Antiguidade*. (Coletânea de documentos). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CATÃO. *De Agri Cultura*. Tradução de William Davis Hooper. Londres: William Heinemann Ltd., 1979.

GARNSEY, Peter. *Ideas of Slavery from Aristotle to Augustine*. (Coletânea de documentos). Nova Iorque. Cambridge University. Press, 1996.

PLUTARCO. *Vies Parallèles*. Trad. de Bernard Latarus. Paris, Garnier, 1950. Tomo II, pp. 49-55. Traduzido por Ciro F. Cardoso.

WIEDEMANN, Thomas. *Greek and Roman Slavery*. (Coletânea de documentos). Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1981.

Bibliografia

ALFOLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel. *A Visão dos Letrados sobre Rebeliões de Escravos no Mundo Romano: Uma Abordagem Semiótica de Fontes Literárias. Volume I*. 1999. 198 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1999.

_____. *Religião, Política e Revolta de Escravos: o caso de Espártaco*. Niterói: CEIA/Depto. História da UFF, 2006.

BEARD, Mary; CRAWFORD, Michael. *Rome in the Late Republic*. Londres: Gerald Duckworth e Co. Ltd, 1985.

BLOCH, Leon. *Lutas Sociais na Roma Antiga*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1956.

BRADLEY, Keith. *Esclavitud y Sociedad em Roma*. Tradução: Fina Marfà. Barcelona: Ediciones Península S.A., 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “A Afro-América: A escravidão no novo mundo”. In: *Coleção Tudo é História*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1982.

_____. “Economia e Sociedade Antigas: Conceitos e debates”. In: *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora UNB, 1994.

_____. “Sociedade, Crise Política e Discurso Histórico-Literário na Roma Antiga”. In: *Phoênix/UFRJ. Laboratório de História Antiga*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; PÉREZ, Héctor. *El Concepto de Clases Sociales*. San José, Costa Rica: Editorial Nueva Década, 1982.

_____. *Os Métodos da História*. Tradução: João Maia. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e Ideologia Moderna*. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1991.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. Tradução de Lupe Cotrim Garaude e J. Arthur Giannotti. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. *A Sociologia do Romance*. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1976.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 3*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Antología*. Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristán. Cidade do México: Siglo XXI, 1970.

JAMES, C.L.R. *Os Jacobinos Negros*. Tradução: Afonso Teixeira Filho. São Paulo. Boitempo Editorial, 2000.

JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

KOVALIOV, S.I. *História de Roma. Tomo II*. Tradução de Marcelo Ravoni. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959.

LUKÁCS, Georg. “A Consciência de Classe”. In: *História e Consciência de Classe*. Tradução de Telma Costa. Porto: Publicação Escorpião, 1974.

MASSEY, Michael e MORELAND, Paul. *Slavery in Ancient Rome*. Londres: MacMillan Education Ltd, 1978.

MENDES, Norma Musco. *Roma Republicana*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUBINSOHN, W. Z. *Spartacus' Uprising and Soviet Historical Writing*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

SANTOS, Theotônio. *Conceito de Classes Sociais*. Tradução de Orlando dos Reis. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes S.A., 1983.

SCHIAVONE, Aldo. *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: EDUSP, 2005.

TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa. Volume I*. Tradução de E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1978.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga*. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

V.I. Lênin. *Que Fazer?* São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.